

Conversa sobre Orientações Curriculares Nacionais (OCN's)

Nelson Dacio Tomazi – Universidade Estadual de Londrina
Entrevistado por Ana Laudelina Ferreira Gomes – UFRN

Nelson Dacio Tomazi é professor de sociologia aposentado da Universidade Estadual de Londrina – membro da comissão que elaborou as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino da Sociologia no Ensino Médio (OCN's) ao lado dos professores Amaury C. Moraes (FE/USP) e Elisabeth Fonseca Guimarães (UFU). É autor de livros didáticos de sociologia para o ensino médio. Esta entrevista foi realizada por email, respondida em 05/03/2008.

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Muitos professores de Sociologia do Ensino Médio têm dúvidas sobre a relação entre as OCN's e os Parâmetros Curriculares Nacionais, você poderia nos explicar qual é?

Nelson Dacio Tomazi – Antes de escrevermos as OCN's-Sociologia, tivemos que fazer uma análise crítica dos PCN's e PCN+ (esta foi uma segunda versão dos PCN's) que haviam sido escritos anteriormente.

A primeira crítica que se fez foi a respeito de duas idéias, *Habilidades e Competências*, que até hoje não há um acordo sobre o que realmente significam, pois diversos autores entram em conflito para explicar o que é uma coisa ou outra. Assim, há uma complicação inicial que não é resolvida em nenhum momento.

Por outro lado, a linguagem e o formato utilizados nestes documentos estavam dirigidos a professores do Ensino Superior como se fossem textos para discussão acadêmica e não como textos para orientar uma prática educativa de professores, muitas vezes trabalhando em condições precárias e com muito pouco tempo para ler documentos oficiais escrito por especialistas para especialistas. É uma linguagem que se pressupõe uma série de interpretações conceituais que são referidas a uma bibliografia que se o professor não tem acesso não poderá entender plenamente. Não é uma linguagem direta, pois precisa ser decifrada e há sempre muita discussão para saber se é isso ou aquilo que os “parâmetros” indicam e propõem.

Uma outra crítica é que nestes documentos (PCN's e PCN+) há uma proposta de se colocar conteúdos dentro de *eixos fundamentais* ou de *conceitos estruturadores*, entretanto, isso põe os conteúdos dentro de uma camisa de força. Note-se que os PCN's indicam como eixos fundamentais a relação entre

indivíduo e sociedade e a dinâmica social. Já os PCN+ indicam os conceitos estruturadores: cidadania, trabalho e cultura. Estes eixos ou conceitos estruturadores são arbitrários e em nenhum momento se explica porque estes e não outros.

A partir destas críticas e outras, procuramos escrever um documento (as OCN's) que pudesse ser um guia aberto onde o professor de sociologia no ensino médio pudesse ler e se encontrar como sujeito de seu trabalho e que não enquadrasse numa estrutura pré-formatada.

Partimos de dois fundamentos, princípios, perspectivas ou de uma disposição necessária para o desenvolvimento do ensino da Sociologia no Ensino Médio: o *estranhamento* e a *desnaturalização*. Se o primeiro é um elemento presente em todo o discurso científico, o segundo está mais ligado às ciências humanas.

Depois disso, optamos por indicar aos professores não um esquema fechado, mas três pressupostos metodológicos que articulados serviriam para orientar o professor na construção de seu programa: *teorias*, *conceitos* e *temas*. Nenhum deles deve ser pensado separadamente, pois eles são fundamentais para se desenvolver a disciplina Sociologia no ensino médio. Indicamos em cada caso as vantagens e desvantagens de utilizar qualquer um deles.

Além disso um outro elemento seria importante: *a pesquisa como forma de ensino*, ou seja, o professor pode utilizar esta ferramenta para introduzir o aluno na arte da pesquisa e tornar o ensino não apenas teórico e nas salas de aulas, mas levar o aluno a pesquisar a própria realidade em que vive, por exemplo.

Tomados os dois fundamentos e os três pressupostos metodológicos, estes seriam os elementos essenciais que norteariam a prática docente no contexto da diversidade da sociologia, já que não poderíamos fazer uma proposta como se fosse uma caixa fechada. Com isso, o professor teria em mãos indicações de como construir um programa que fosse mais apropriado às suas condições de trabalho e de vida de seus alunos, tornando-se assim sujeito de sua ação.

Além disso indicamos e discutimos também uma série de recursos didáticos que poderiam ser utilizados no processo de ensino. Desde a aula expositiva, os seminários, material imagético, leitura e análise de textos, bem como visitas fora da escola.

Penso que fica clara a relação e a diferenciação entre os documentos. Nos PCN's há uma indicação do que trabalhar em sala de aula, indicando eixos que se tornavam quase obrigatoriedade. Nas OCN's há uma discussão sobre elementos essenciais para a prática docente no ensino médio deixando para o professor decidir o que fazer, dentro da diversidade sociológica e da realidade brasileira.

A.L.F.G. – Na sua opinião qual é a importância das OCN's para o ensino da Sociologia no Ensino Médio hoje?

N.D.T. – Penso que as OCN's como o próprio nome indica são “orientações” e como afirmei acima e elas têm uma grande importância na medida em que procura dar pistas de como trabalhar em sala de aula com o conteúdo das ciências sociais para o ensino médio. As OCN's – Sociologia é um documento que procura fazer com que o professor faça uma reflexão a partir dos elementos ali postos de como ele poderá construir um programa.

Por ser uma proposta aberta, penso que o professor é instado a pensar o desenvolvimento da sociologia no Brasil e a sua prática cotidiana. Afinal ele é um licenciado que deve estar apto a trabalhar os conceitos e teorias que aprendeu no seu curso de graduação, relacionando-os a temas que devem ser próximos a realidade em que vive. Esta relação é a mais importante para que suas aulas não sejam repetições ou simplificações de algumas disciplinas da graduação.

As OCN's são um ponto de partida para se construir um programa e não um programa ou mesmo um esquema articulado que o professor deve seguir.

A.L.F.G. – Que avaliação você faz da situação atual da implementação da obrigatoriedade Sociologia no Ensino Médio nos estados brasileiros?

N.D.T. – A implementação da obrigatoriedade da sociologia no Brasil é de uma diversidade muito grande devido como o próprio processo foi ocorrendo em cada estado da federação. Vamos citar alguns casos para demonstrar isso. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a obrigatoriedade já existia na própria Constituição Estadual desde o final da década de 1980, entretanto sofria de uma implementação efetiva por parte das Secretarias de Educação. Mesmo assim, no Rio de Janeiro ela teve melhor implementação do que em Minas Gerais. No Pará houve uma lei estadual de 1987 que já o que permitiu que quase toda a rede pública tivesse a presença da disciplina em seu currículo. Nos anos seguintes também outros estados, como o Espírito Santo, entre outros, promulgaram leis semelhantes. Mas isso tudo não possibilitava a universalidade da obrigatoriedade no Brasil da presença da Sociologia no ensino médio.

Outras ações também foram tomadas, como a presença da sociologia nos vestibulares de diversas universidades que ajudou a implementação da disciplina em várias localidades. Mas, é somente com a decisão do Conselho Nacional de Educação de 2006, é que a disciplina se tornou obrigatória no território nacional, com exceção do estado de São Paulo que ainda questiona esta obrigatoriedade.

Hoje a situação encontra-se ainda com muita diversidade, pois naqueles estados onde havia uma experiência de implementação foi mais fácil. Nos outros estados a implementação está ocorrendo mais rapidamente ou mais lentamente dependendo das condições existentes em cada um deles. Alguns possuem licenciados em Ciências Sociais em número suficiente para a demanda, mas não há concursos específicos ou poucos concursos para que esses licenciados sejam incorporados. Em outros há concursos mas não existem licenciados suficientes.

Entretanto, há a necessidade de se pensar que existem muitos professores que não possuem a licenciatura em Ciências Sociais, mas fizeram concursos em outras disciplinas e que estão ministrando aulas de sociologia, porque necessitam completar a sua carga horária, o que também ocorre com professores que fizeram concursos e ministram aulas de sociologia mas precisam ministrar aulas de outras disciplinas. Ou seja, ainda conviveremos por alguns anos com esta situação até que os licenciados em Ciências Sociais possam ocupar estas vagas, através de concursos específicos.

Estas situações estarão sendo resolvidas gradativamente, dependendo das políticas educacionais em cada estado, mas também da pressão que organizações nacionais e regionais possam fazer para que a implementação se efetive mais rapidamente possível.

A.L.F.G. – As OCN's dizem que não há uma comunidade docente específica congregando professores em qualquer nível a qual pudesse produzir consensos sobre conteúdos, metodologias e recursos para o ensino da Sociologia no Ensino Médio. O que você acha que está faltando para que este consenso possa ser produzido?

N.D.T. – A discussão sobre a presença da sociologia no ensino médio é algo muito recente, ou seja, não tem mais do que dez anos e mesmo assim com um número muito pequeno de participantes. Foi necessário um esforço muito grande para que este debate se fizesse em nível nacional, mesmo assim com muitas barreiras por parte das organizações que congregam os cientistas sociais. Ainda existem muitos cientistas sociais nas universidades que pensam não ser fundamental a presença da sociologia no ensino médio. Mesmo em encontros regionais, poucos são os que se dedicam a este debate.

Deste modo como produzir um consenso sobre conteúdos a serem ministrados no ensino médio? Penso que é necessário debater mais especificamente isso e parar de fazer encontros que discutem tudo menos propostas concretas para o ensino médio. Se todos os estados brasileiros fizessem eventos para discutir isso, com professores das universidades implicados e interessados neste tema, junto com os professores que estão nas escolas, pouco a pouco, poderíamos ter um saldo positivo e um conjunto de

proposições que poderiam ser o primeiro passo para a construção de uma base nacional para o ensino médio.

Pelo que tenho conhecimento o debate se amplia e hoje já há uma preocupação na maioria dos estados em se discutir a sociologia no ensino médio em todas as suas dimensões. Mas é necessário que este debate seja articulado para que se produza, em alguns anos, uma massa crítica visando, sem condicionamentos e sem preconceitos, uma base nacional para o ensino da sociologia no ensino médio.

Por isso, quando escrevemos as OCN's, procuramos fugir de uma proposta de um programa nacional. Penso por outro lado, que não devemos ter um programa único nacional, pois isso seria uma camisa de força que só os que pensam em impor a sua visão é que desejam isso. Por outro lado, um programa único indicaria que não acreditamos na capacidade dos professores do ensino médio pensarem e produzirem seus programas em cada escola e em cada região.

Uma base nacional indicativa, abrindo espaços para que em cada estado introduzisse elementos regionais, seria o suficiente para termos uma unidade mínima bem como a diversidade que expressem as diversas correntes do pensamento e da análise sociológicas e as situações regionais específicas. Mas isso, ainda vai demorar um pouco, pois se em termos regionais já aparecem propostas, em termos nacionais ainda não existe nenhuma articulação para isso, pois nossas organizações nacionais ou estão lutando por postos internos de poder ou não estão apostando nesta possibilidade.

A.L.F.G. – Na sua opinião, que articulação entre sistema de formação de licenciados e sistema de educação no nível médio poderiam dar conta de discutir, elaborar propostas e estratégias políticas para uma formação continuada do docente do ensino médio de Sociologia?

N.D.T. – Como a sociologia se tornou obrigatória nacionalmente depois de 66 anos de ausência ou de presença intermitente aqui e ali, em situações as mais diversas possíveis, houve uma completa desarticulação entre o sistema de formação dos licenciados (universidades e faculdades) e o sistema de educação no nível médio. É óbvio que sempre houve exceções isoladas aqui e ali, mas neste período não houve nenhuma proposta concreta, em termos nacionais ou mesmo regional, para implementar isso, apesar de algumas tentativas, como em São Paulo na década de 1980.

O ensino em geral e da sociologia especificamente, mesmo nas universidades ficou de lado em função de que ele não conta ponto do Currículo Lattes. Hoje o que importa é a pesquisa, a publicação e tudo o que conta ponto nele. O resultado é que a preocupação com a sociologia no ensino médio ficou fora de qualquer incentivo, a não ser para aqueles poucos que mantiveram a chama viva para que hoje ainda possamos ter um pequeno debate. É óbvio que isso tem haver também com o fato da ausência e

intermitência da presença da sociologia no ensino médio do Brasil. Por outro lado, o desenvolvimento da pós-graduação fez com que a preocupação com a graduação diminuísse e com as licenciaturas se tornasse insignificante.

Sobre a formação continuada gostaria de dizer que sou completamente contra esta proposta, pois ela pressupõe a idéia de que os professores nunca estarão formados. Ora os nossos professores devem sair formados de nossas escolas superiores ou então estamos brincando de formar professores. Formação continuada implica em tratar os professores como eternas crianças que continuam em sua minoridade intelectual conforme afirma T. Adorno. Eles tiveram e devem ter uma formação, se ela não é adequada, então a discussão é de outra ordem. Além disso, a idéia de formação continuada ou de formação permanente é, na expressão de G. Deleuze, nada mais que uma forma de controle sobre os professores, complementada pela avaliação permanente.

Penso o que poderia se fazer é desenvolver programas e eventos que pudessem atualizar os conhecimentos (teorias, conceitos e temas) e metodologias de ensino, que eles não puderam ver em suas graduações, ou mesmo desenvolver cursos de especialização para que pudessem ampliar e aprofundar os seus conhecimentos. Penso que isso seria importante desde que fosse antecipada de uma pesquisa sobre quem são os professores e os alunos de sociologia no ensino médio.

A.L.F.G. – Você tem conhecimento se está sendo tomada alguma providência no sentido de minimizar o problema do diminuto número de pesquisas na área do Ensino de Sociologia num enfoque nos conteúdos, metodologias e recursos de ensino, como as OCN's denunciam quase não haver? Na sua opinião, o que poderia ser feito mais?

N.D.T. – Como afirmei acima, se a preocupação com sociologia no ensino médio é marginal, no interior das universidades é óbvio que a pesquisa nesta área também o é. Entretanto, com a discussão nacional sobre a sociologia no ensino médio e com a sua obrigatoriedade, nos últimos anos estão começando aparecer dissertações e teses sobre o assunto. Se as poucas pesquisas até então trataram de aspectos da institucionalização da sociologia, de livros didáticos e também as representações de professores e alunos do ensino médio sobre a sociologia, penso que, pouco a pouco, aparecerão outras pesquisas que estudarão outras áreas como os conteúdos, metodologias e recursos de ensino. Em alguns trabalhos de GT's nos dois últimos congressos da SBS- Sociedade Brasileira de Sociologia – em Belo Horizonte e Recife, já pudemos perceber esta preocupação.

Uma proposta para se ampliar as possibilidades de pesquisa seria a criação de Laboratórios de Ensino e Pesquisa integrados que tratem da questão do ensino da Sociologia (Ciências Sociais), o que já

ocorre em algumas universidades. Este espaço seria o embrião para se congregarem professores e alunos das universidades e também integrar professores das escolas médias. Neles, através de debates e projetos específicos, poderiam surgir alternativas e incentivos para o desenvolvimento de mais pesquisas na área. Em havendo projetos de pesquisa haveria a necessidade também de financiamento disso. Quem sabe uma articulação das universidades com as Secretarias de Educação nos estados, poderia ser um caminho. No próprio MEC há verbas para isso mas é necessário que professores, em ambos os níveis, precisariam se articular para isso.

A.L.F.G. – Se, ao se considerar o público do ensino médio de Sociologia, as OCN's observam a necessidade de uma adequação de linguagem evitando-se, com isso, a mera transposição de conteúdos e práticas de ensino da graduação, como podemos pensar tais mediações driblando o perigo de não recair em simplificações ou reducionismos?

N.D.T. – Esta questão é interessante, pois me permite fazer algumas digressões sobre a idéia de mediação entre o ensino de graduação e do ensino médio. Na graduação a linguagem utilizada tem por objetivo internalizar teorias e conceitos no processo de formação de cientistas sociais e portanto devem ser trabalhados com muito rigor procurando deixar claro o que cada teoria e autor para que se compreenda o que elas e eles procuraram formular. Além disso há a necessidade de se aplicar estes conhecimentos através de pesquisas e análises vinculadas à realidade em que estão inseridos.

No ensino médio não podemos ficar com esta preocupação, pois não é o objetivo formar mini-cientistas sociais, ou proto-sociólogos, mas sim dar elementos para que os jovens que estão no ensino médio possam ter uma imaginação sociológica, conforme fala C. Wright Mills ou desenvolver a “apercepção” como muito bem afirma Louis Dumont. Ou seja a preocupação do professor de sociologia no ensino médio é desenvolver nos seus alunos a capacidade de ver a realidade em que vivem com outro olhar, além do senso comum. Ou seja, penso que no ensino médio devemos ensinar os alunos a pensar sociologicamente, utilizando todos os elementos que a sociologia pode lhes oferecer.

Sobre como não cair em simplificações, penso que o livro de C. Wright Mills – *A Imaginação sociológica* – e também o livro de Antonio Candido – *Os parceiros do Rio Bonito* – são exemplos de como se pode escrever seriamente, claramente, e com rigor, sem perder os fundamentos teóricos e sem reducionismos.

Não canso de citar uma frase de Pierre Bourdieu que exemplifica muito bem o que penso neste sentido: “*A sociologia não valeria nem uma hora de esforços se fosse um saber de especialista reservado a especialistas*”. Isso significa desenvolver esforços para deixarmos de lado os nossos preciosismos teóricos, com uma linguagem ininteligível aos “pobres mortais” como se fossemos “membros da academia

nacional da sociologia”. Isso muito bem demonstrou o próprio Bourdieu quando no final de sua vida se envolveu num projeto conhecido como “Contrafogos”.

A.L.F.G. – Há muito se vem criticando as licenciaturas, as quais antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, voltada às ciências sociais, eram feitas de remendos de um currículo geralmente comum também ao bacharelado, onde as disciplinas voltadas à formação do educador e de sua prática eram oferecidas como apêndices, desconectadas do restante do currículo, estabelecendo-se uma grosseira separação entre teoria e prática, ou seja, entre os conteúdos do campo disciplinar e as formas de trabalhá-los no ensino médio, entre outros pontos nevrálgicos como o processo de ensino-aprendizagem, as metodologias de ensino e avaliação. Como avalia este problema e que alternativas vê no horizonte para enfrentá-los?

N.D.T. – Na maioria das universidades ainda há a separação entre o bacharelado e a licenciatura, inclusive institucionalmente, pois o bacharelado é desenvolvido em um Setor (Instituto, Faculdade, Centro) e a licenciatura em outro, com algumas raríssimas exceções como na Universidade Estadual de Londrina. Esta divisão é antiga e continua sendo um entrave para o estabelecimento de uma relação significativa entre a formação teórica e a prática profissional como professor. Mesmo depois das mudanças na legislação recente, a maioria das universidades apenas fez uma maquiagem e continua tudo como estava antes, pois assim não se alteram as relações de poder departamentais, interdepartamentais ou mesmo entre as unidades universitárias.

Continuamos a funcionar conforme a Resolução que regulamentou o Currículo Mínimo do curso de Ciências Sociais de 1962, com as resoluções paralelas a respeito da licenciatura e as chamadas disciplinas pedagógicas. Digo isso, porque apesar de todas as mudanças posteriores e até a legislação recente, a maioria dos cursos de Ciências Sociais existentes ainda hoje mantém aquela estrutura e principalmente as Resoluções do então Conselho Federal de Educação – CFE – quanto às licenciaturas, ou seja, as chamadas “disciplinas pedagógicas”:

- Didática Geral e Especial.
- Psicologia da Educação.
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus.
- Prática de ensino.
- Estágio supervisionado.

Se formos analisar como são formados os futuros professores, é bem possível que ainda encontraremos alguns cursos que utilizam a mesma nomenclatura do início da década de 1960, outros mudaram apenas os nomes, mas a estrutura é a mesma. Convenhamos que já se passaram mais de 45 anos e muita coisa se alterou no mundo e nas ciências que envolvem o processo educativo, para que ainda mantenhamos este padrão de conduta.

Penso que esta é uma questão que impede a criação de novas formas de se formar professores nas universidades. Parece-me que há uma preservação de algo que já não dá conta do processo formativo, mas que se mantém devido o receio que o novo possa comprometer e abalar determinadas certezas particulares, sem muito fundamento científico para isso.

Por que desta insistência em manter-se dentro daqueles marcos, quando temos uma grande liberdade de ação e proposição nunca antes vista na legislação brasileira? Medo de pensar algo novo? Receio de se propor novas visões no processo de formação de professores? Mudança na estrutura de "pequenos poderes" departamentais ou intra-departamentais nas universidades?

Estas questões e outras poderiam ser enfrentadas para dar conta das resistências, no interior das universidades, às mudanças necessárias para adequar a formação de professores à realidade existente no século XXI e que formarão professores para os próximos anos neste novo século.

Como o ensino não é algo mais importantes nas universidades, os graduandos estão completamente abandonados, menos aqueles (minorias) que estão integrados em pesquisas ou em Iniciação científica, ou em qualquer grupo de pesquisa, normalmente muito fechados e com objetivos muito específicos. Ou seja, o ensino não é preocupação para a maioria dos professores, com raras exceções, pois suas disciplinas normalmente estão vinculadas aos seus interesses pessoais e não no intuito de dar uma formação ampla e sólida aos alunos. A preocupação está em formar pesquisadores, quando somente uns poucos o serão. Neste sentido, o objetivo da formação de graduandos que sejam pesquisadores e professores é afastada das preocupações fundamentais.

O resultado disso é que os nossos formandos em Ciências Sociais não conseguem saber como ministrar aulas no ensino médio, pois possuem um conhecimento teórico mas não sabem traduzir isso para quem não conhece a sociologia.

Poucos são os cursos que introduziram mudanças significativas no processo de formação de professores recentemente. A UFMG, A UFSC, a UFRN, a UFRGS, a UEL-PR, entre outras, iniciaram um processo de mudança na formação de pesquisadores e professores. São experiências em andamento e penso que em alguns anos poderemos ver os resultados. Mas na maioria das universidades isso não ocorre.

A.L.F.G. – O dissenso sobre a necessidade de um currículo base para o ensino de Sociologia no Ensino Médio nos leva a crer que a produção de livros didáticos de Sociologia para este nível haverá de crescer, levando em conta especificidades das culturas locais onde este ensino acontece, ao modo, por exemplo, do livro produzido por professores da escola pública do Paraná, com o apoio de seu governo do estado. Em que posição você se encontra neste dissenso? O que você, reconhecido autor de didáticos de Sociologia, acha que poderia ser incorporado aos livros de autoria local? E que tipo de apoios e iniciativas poderíamos vislumbrar para a realização destes e outros projetos de elaboração de livros e outros materiais didáticos pelos próprios professores que dele farão uso em sala de aula?

N.D.T. – O livro didático, por enquanto, é um mal necessário no ensino médio e ao mesmo tempo é, em muitos lugares, o único material que o professor tem à mão para ministrar suas aulas.

O livro didático tem uma história muito interessante. Entre as décadas de 1920 a 1950, quem escrevia livros de sociologia eram os professores de universidades que também tinham sido professores do ensino médio de então. Posteriormente, nas décadas seguintes, houve uma enxurrada de traduções de livros norte-americanos e ingleses. A partir do final da década de 1980 e início da de 1990 houve novamente o surgimento de livros de professores de universidade e do ensino médio que escreveram livros didáticos para o ensino médio. Com algumas exceções, eram livros mais para os professores do ensino médio do que para os alunos, inclusive aquele que coordenei: *Iniciação à Sociologia*.

Com a obrigatoriedade da sociologia no ensino médio, muitos livros didáticos estão e estarão sendo publicados. Penso que isso é muito bom, pois podemos avaliar a produção existente e a existir e assim ter uma visão mais ampla do que se está produzindo e as preocupações dos autores.

No que se refere as produções regionais, eu já recebi desde o ano passado três novos livros, escritos por professores do ensino médio (como é o caso do publicado pelo governo do estado do Paraná) e posso dizer que, apesar do empenho dos autores, neles existem problemas teóricos sérios. Ou seja, somente a vontade de escrever um livro não é suficiente para se escrever, pois é necessário manter o rigor teórico com uma linguagem que se aproxime das possibilidades de leitura do aluno do ensino médio. É um movimento interessante, mas é necessário formar equipes que se reúnam e que produzam livros e materiais didáticos coordenadamente, para que o livro não fique desarticulado, com repetições e contradições no seu interior.

Apesar de fazer as críticas, como espero que façam ao meu novo livro – *Sociologia para o Ensino Médio* – o meu desejo é que possa haver muitas outras publicações – de preferência com a participação de professores das universidades e do ensino médio. Penso que somente assim se produzirão livros que poderão dar conta das questões essenciais da sociologia e das diversidades regionais e locais brasileiras.

Mais do que livros para os alunos, penso que no momento seria muito importante se produzir livros e materiais didáticos para orientar os professores, pois esta é a questão mais urgente. Se for possível fazer as duas coisas seria ótimo.

Para concluir penso que devemos adentrar no século XXI e começarmos a utilizar a internet para disseminar informações, conteúdos, materiais didáticos, discussões sobre a sociologia no ensino médio, tanto para os alunos como para os professores. Isso seria um caminho, sem grandes custos, para todos, para fazer com que a sociologia e as ciências sociais pudessem ser disseminadas com ampla possibilidade de acesso a esse conhecimento. Isso é o que, entre outros espaços na internet, pretendi fazer ao desenvolver o site www.censitec.com.br. Mas é apenas o começo e ainda está muito imperfeito.

Muito obrigado por mais esta oportunidade de expressar o que penso.